

FHC

Governo organiza lista de 'reticentes' em cada bancada

PSDB e PPB vão apoiar desvinculação, mas PMDB e PFL ainda estão divididos

BRASÍLIA — No encontro de ontem no Palácio do Planalto, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu de cada ministro um mapeamento, por escrito, da tendência de voto nas bancadas dos seus partidos, incluídos "os parlamentares que estão reticentes para votar". Os ministros também relataram o "ânimo" das bancadas, colhido com os partidos. "Está tudo dentro do previsto", limitou-se a comentar um colaborador.

O diagnóstico levado ao presidente, segundo um dos ministros que participaram da reunião, é claro: PSDB e PPB estão fechados com o governo e votarão a favor da desvinculação das receitas. PMDB e PFL ainda estão divididos sobre o assunto, o que demandará maior esforço de articulação do Palácio do Planalto. A aprovação da emenda exige 308 votos favoráveis e os operadores políticos do Planalto pretendem pô-la em votação somente quando alcançar o quórum de 480 parlamentares em plenário.

A principal dificuldade do governo com o PFL, neste momento, é a associação da votação de outros temas importantes à apreciação da emenda que restringe o uso das medidas provisórias.

No encontro, também foram checados levantamentos sobre o comportamento das bancadas nas últimas votações do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que agora será substituído pela desvinculação. Ficou acertado que, durante toda esta semana, os ministros e assessores da coordenação política vão fazer um esforço concentrado para garantir o quórum necessário para a votação. "Cada ministro vai empenhar-se pessoalmente para ver se consegue trazer mais gente a Brasília", contou um ministro.

O presidente Fernando Henrique só atuará diretamente nos casos mais graves. A mobilização da bancada governista será comandada pelo secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, e pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, responsáveis diretos pela articulação política do governo. Para o encontro de ontem foram chamados ministros cujas pastas tenham projetos de interesse incluídos na pauta da convocação extraordinária.

ESTADO DE SÃO PAULO

11 JAN 2000